

GT1.Política e gestão da educação e Sistema Nacional de Educação

Autora: Mariana Lins de Oliveira (UFPE)

E-mail: mariloliveira@hotmail.com

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: Governo de Condutas e Gestão de Riscos

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no período de 2008 a 2010, na Universidade Federal de Pernambuco. Nosso estudo investigou como a juventude vem se constituindo como objeto das políticas públicas. A intenção mais ampla consistiu em apreender o padrão normativo que tem impulsionado o processo de formulação e implementação da atual política pública de juventude no Brasil, problematizando as categorias que estão sendo mobilizadas para *incluir* os jovens na esfera política. Mais especificamente, procuramos analisar como o discurso do risco está presente nas políticas públicas de juventude, verificando os sentidos atribuídos à concepção de “jovem em situação de risco social” expressa tanto nos documentos da política nacional de juventude, como no discurso dos ex-alunos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Recife. Tomamos como referência o pensamento tardio de Michel Foucault, tendo em vista compreender como a articulação discursiva da noção de risco implicou a instauração de imagens ambivalentes a respeito das identidades juvenis.

Para uma melhor compreensão do nosso objeto de pesquisa refletimos sobre categorias analíticas que puderam elucidar o nosso olhar exploratório. Assim, procuramos discutir as noções de inclusão, normalização, biopolítica e governamentalidade no pensamento de Foucault. Buscamos também, apresentar o percurso histórico das políticas de juventude na América Latina e no Brasil, com o objetivo de apreender como o tema da juventude vem sendo tratado no âmbito governamental e como a categoria risco tem funcionado como dispositivo fundamental para a consolidação das atuais políticas nacionais de juventude.

Assim, a presente investigação trata-se de uma análise dos discursos políticos a partir de uma metodologia de problematização, desenvolvida por Foucault, no âmbito de uma história dos sistemas de pensamento (FOUCAULT, 2009, p. 21). A relevância desse construto metodológico está no entendimento de que os discursos políticos produzem e reproduzem discursos e representações que interferem nas práticas educacionais e sociais. Investigamos, portanto, as transformações na construção de determinados discursos sobre os jovens, na cultura brasileira, a partir do levantamento da "agenda governamental". Os passos metodológicos envolveram: **pesquisa bibliográfica** visando configurar as categorias *normalização*, *governamentalidade* e *biopolítica*, relacionando-as com o objeto de pesquisa; **pesquisa documental** visando identificar e analisar como o ProJovem trata da questão juvenil, delimitando o uso da noção de risco nesse Programa; **entrevistas** com egressos do ProJovem, visando compreender como eles apreendem as representações dos problemas da juventude em sua relação com a noção de risco mobilizada pelo Programa.

1. A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: VISIBILIDADE E INCLUSÃO

As políticas públicas compreendem um conjunto de intervenções políticas, econômicas, sociais e ambientais que os governos implementam buscando atender necessidades de setores e/ou grupos sociais que reivindicam o atendimento de suas demandas específicas. As políticas representam o Estado em ação e essa ação implica um determinado referencial normativo (AZEVEDO, 2003). Nesse sentido, quando pensamos no processo de definição de uma política pública, faz-se necessário um olhar atento ao espaço social em que ela emerge considerando tanto os aspectos econômicos, como os culturais e simbólicos predominantes naquele período social e histórico.

Esses aspectos materializam um projeto de sociedade que, por sua vez, é chamado por Azevedo (2003), de “referencial normativo global”. Todo projeto de sociedade é constituído por forças sociais e políticas. Forças que procuram levar suas inquietações e seus interesses até a agenda estatal, influenciando na formulação e implementação dos “programas de ação” concretos. Desta forma, uma política para um setor é constituída a partir de uma questão que se torna “socialmente problematizada e exige a atuação do Estado” (AZEVEDO, 2003, p. 61)¹. Cada setor é formado por diferentes grupos, com diferentes projetos e demandas específicas. Esses grupos entram num embate de forças para ocupar a pauta das agendas dos governos. Esse embate será vitorioso ou não, de acordo com o nível de organização, articulação e pressão de cada grupo. A forma de intervenção do Estado pode ser entendida como um processo de regulação específica em cada setor. Ou seja, é através da formulação de uma dada política setorial que o Estado passa a regular uma determinada questão social.

No entanto, entendemos que as políticas de inclusão que têm pautado a juventude, no Brasil, se configuram não só como reguladoras de um determinado setor, mas também como dispositivos biopolíticos. Assim, mesmo que elas apresentem um

eventual caráter humanista ou progressista e como acontece, aliás, com qualquer política pública moderna – as políticas de inclusão escolar funcionam como um poderoso e efetivo dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. Em outras palavras, coloque-se apenas no plano discursivo ou de fato materialize-se no plano das práticas concretas, ao fim e ao cabo a inclusão escolar tem em seu horizonte a diminuição do risco social (VEIGA-NETO e LOPES, 2007, p. 949).

Tudo nos leva a crer que, no caso específico das políticas de juventude, é justamente a noção de risco que permite operar o binômio inclusão-exclusão como forma de regulamentar as dimensões centrais da vida dos segmentos juvenis. A noção de risco permite realizar cortes, no interior da sociedade, favorecendo a delimitação de corpos populacionais que, por sua vez, serão avaliados como passíveis ou não de inclusão pelas políticas governamentais. Nesse aspecto, vale ressaltar que enquanto as discussões sobre os direitos de cidadania dos atores do Estado-Nação moderno giravam ao redor das noções de liberdade e autonomia, a emergência das democracias de massa vem produzindo uma distinção inteiramente nova. Trata-se, segundo Chartterjee (2004, p. 34), da própria distinção entre cidadãos e populações.

¹ Muller (apud Azevedo, 2008) define os setores como “conjunto de papéis sociais estruturados em torno de uma lógica vertical e autônoma de reprodução”. E acrescenta, “é o processo de setorização da sociedade que vai gerar novos modelos de intervenção estatal, através das políticas setoriais” (p. 61).

Cidadãos habitam o domínio da teoria, populações, o domínio das políticas públicas. Diferentemente do conceito de cidadão, o conceito de população é totalmente descritivo e empírico; populações são identificáveis, classificáveis e descritíveis por critérios empíricos ou comportamentais, e são abertas a técnicas estatísticas tais como censos e pesquisas amostrais. Diferentemente do conceito de cidadão, que carrega uma conotação ética de participação na soberania do Estado, o conceito de população torna acessível aos funcionários governamentais um conjunto de instrumentos racionalmente manipuláveis para alcançar largos setores dos habitantes de um País enquanto alvos de suas políticas – políticas econômicas, políticas administrativas, justiça e mesmo mobilização política (Idem, p. 34).

A emergência política das populações é justamente o que permite o surgimento de um governo “do ponto de vista social” (CHARTTERJEE, 2004, p. 35). Como resultado, as práticas de governo tornam-se menos uma questão política do que um problema de gerenciamento administrativo. Face à crescente pluralização dos grupos populacionais, “alvos múltiplos com características múltiplas” (Idem, p. 35), são demandadas diferentes técnicas de administração e estratégias de gerenciamento. Em resumo:

enquanto a idéia clássica de soberania popular, expressa nos fatos político-legais da cidadania igualitária, produziu a construção homogênea da Nação, as atividades do governamental requereram classificações múltiplas, entrecruzadas e variáveis da população enquanto alvo de políticas públicas múltiplas, produzindo necessariamente uma construção heterogênea do social. Aqui, então, temos a antinomia entre o imponente imaginário político da soberania popular e a realidade administrativa mundana do governamental (CHARTTERJEE, 2004, p. 36).

Essa mesma antinomia embaralha os modos de compreensão do fenômeno da exclusão nas sociedades contemporâneas. Segundo Zaluar (1997), a exclusão vincula o econômico ao político e ao social, mas tem por referências a cidadania e a inserção na sociedade nacional. Com a ampliação da heterogeneidade social, de que nos fala Chartterjee (2004), o uso do conceito perde parte de sua força analítica. As diferenciações passam a ser feitas a partir de relações governamentalizadas que põem em ação uma lógica classificatória que influencia o próprio modo como os problemas são percebidos, bem como a forma como os múltiplos atores passam a se movimentar no campo social e político. Assim, o sistema classificatório termina criando automaticamente processos de exclusão, ou, melhor dizendo: *processos de inclusão excludente*. É preciso, portanto, ficar atento ao modo como são construídas

as zonas sombreadas entre as comunidades ou grupos sociais, os processos de integração ou expulsão de cada um deles, e por fim, as relações internas entre os incluídos, assim como as relações entre a comunidade ou grupo dos incluídos e os grupos de igual ou de outra natureza. (...) Umhas comunidades podem ter processos de admissão, conversão ou inclusão bastante facilitados, e outras, critérios mais exigentes. (...) De qualquer modo, optar pela inclusão é optar por um patamar comum de identidade e pertencimento social, sobrepujando as diferenças (ZALUAR, 1997, s-p).

Logo, não é casual o fato das políticas de inclusão educacional, no Brasil, assim como as mais específicas voltadas para a inclusão dos jovens, estarem sendo formuladas e materializadas com base nos temas da “diferença” e da “diversidade”. De fato,

elas defendem a inclusão do diferente, entendendo-o como um ‘único estranho’, um exótico, um portador de algo que os outros, normais, não possuem. Resulta, dessa forma

de diferenciar, o paradoxo de silenciar aqueles que “já estavam ali”, de reforçar as noções de normalidade e anormalidade, de fazer proliferar e de disseminar as normas e os correlatos saberes especializados, e, até mesmo, de gerar exclusão. Desse modo, ao invés de promoverem aquilo que afirmam quererem promover – uma educação para todos –, tais políticas podem estar contribuindo para uma inclusão excludente (VEIGA-NETO E LOPES, 2007, p. 949).

No Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, como veremos mais adiante, o discurso do respeito às diferenças e o respeito à diversidade das maneiras de ser jovem aparece como um “avanço”. Mas, contraditoriamente o ProJovem postula que o programa deve ter sua identidade garantida, ou seja, deve seguir um modelo padrão e homogêneo em todas as cidades que adotá-lo. Fora isso, nos seus documentos, aparece descrições de perfis e caracterização da condição juvenil brasileira, baseada em estatísticas e metas para serem alcançadas por esse grupo de jovens, como por exemplo, estar e ter de sair da “situação de risco”. Esse modo de operar acaba por reafirmar o sentido das atuais políticas de inclusão: conter as condutas consideradas “desviantes” e fazer com que os jovens atinjam um padrão de normalidade. Assim,

veremos que o controle da economia e o controle dos corpos dos indivíduos, principalmente por meio do governo desses corpos, confundem-se; desse modo, governando os corpos o Estado governa tudo. Só isso já seria uma justificativa para que o Estado promova a inclusão. (...) Desse modo, entendendo as políticas públicas de inclusão escolar como manifestações da governamentalização do Estado moderno, é fácil compreendê-las como políticas envolvidas com (e destinadas a) uma maior economia entre a mobilização dos poderes e a condução das condutas humanas. As políticas de inclusão, mesmo que se propaguem discursivamente e mesmo que se apoiem em pedagogias culturais – pois, afinal, sempre é preciso ensinar e convencer a população... –, procuram se efetivar de modo material, isto é, elas só se realizarão plenamente se e quando todos os corpos – pensados como normais e anormais – forem colocados juntos (VEIGA-NETO e LOPES, 2007, pg. 955 - 958).

Enfim, a lógica inclusiva pressupõe o ordenamento dos grupos populacionais. Esse ordenamento ocorre por meio de operações de aproximação, comparação, classificação e atendimento das especificidades dos diferentes grupos populacionais.

1.1 O Percurso das Políticas Públicas de Juventude no Brasil

As preocupações dos governos e da sociedade com a questão da juventude, fortemente problematizada nas últimas décadas, decorrem, dentre outros fatores, da importância que este contingente assumiu em relação ao conjunto da população. No Brasil, é a partir dos anos 1990 que temos ações dos sucessivos governos voltadas para a criação de “políticas de inclusão” específicas para esse segmento, fato que já vinha acontecendo na América Latina desde a década de 1950. A questão da juventude como problema social e político, conforme indica a literatura, é um tema presente em diversos países da América Latina desde os seus primeiros processos de modernização. Sobre a trajetória das políticas de juventude Balardini e Abad afirmam que essas políticas

percorreram um caminho que se inicia na década de 1950, com o eixo da integração, substituído no período autoritário pela necessidade de controle social dos jovens mobilizados. Na década de 1980 seriam o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito os eixos predominantes nas orientações, que se voltam na década seguinte – os anos 1990- para a inserção de jovens excluídos no mercado de trabalho. Recentemente,

os autores consideraram a emergência de novas orientações que conceberiam os jovens como sujeitos integrais de direito (apud SPOSITO, 2008, p 62-63).

É, portanto, nos anos 1950 com o forte processo de modernização dos países latino-americanos que ocorre um grande incentivo à integração dos jovens em políticas educacionais para envolvê-los nos moldes da modernidade. O sistema educacional crescia significativamente, porém, ele não atingia todos os segmentos juvenis. A característica seletiva do setor educacional concentrava suas ações nas famílias de classe média e alta e deixava de fora os jovens pobres (BANGO, 2008, p. 41).

De fato, o Brasil compartilha de um conjunto de características comuns aos países latino-americanos, o que tem reflexo nas políticas que os seus governos traçaram para atender as demandas dos segmentos juvenis (SPOSITO, 2008, p.57). Entretanto, é necessário ter em conta que cada realidade possui suas especificidades, advindas de sua história particular e de sua cultura. Ainda que várias iniciativas governamentais voltadas para a juventude possam ser identificadas desde as primeiras décadas do século XX, sobretudo aquelas direcionadas para a chamada “juventude delinqüente” (SPOSITO, 2003), é principalmente a partir do final de 1990 que se iniciou um debate diferenciado em torno das políticas voltadas ao segmento das “juventudes” na sociedade brasileira. Como lembram Sposito & Carrano (2009), é nesse momento que se observa uma espécie de consenso em torno da necessidade de implementação de políticas públicas específicas destinadas à juventude. Fazendo um balanço dessas políticas em meados da década de 1990, Rua (1998) contrapõe à idéia de “problemas políticos”² à expressão “estado de coisas”. A contraposição é utilizada pelo autor para afirmar que somente quando alcança a condição de problema de natureza política, ocupando a agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam a condição de “estado de coisas”. Nos termos de Sposito & Carrano (2009),

essas observações são importantes para a compreensão da trajetória recente das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, uma vez que, de modo diferente do conjunto da América Latina, elas tenderam a permanecer muito mais como estado de coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas (p. 02).

Dessa ótica, mesmo o reconhecimento de consensos preliminares em torno da relevância dessa temática, nos anos 1990, não elimina a pluralidade de orientações e pressupostos que têm alimentado os projetos e programas destinados aos jovens brasileiros. Logo, mesmo no interior dos aparelhos de Estado, as políticas de juventude comportam pluralidade de orientações, podendo operar diferentes definições de prioridades em face de outras demandas. As políticas de juventude podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidas a partir do que, no Brasil, tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada (SPOSITO & CARRANO, 2009, p. 07), pondo em ação orientações que rebatem diretamente sobre a forma como essas políticas vão equacionar suas relações com os segmentos juvenis.

² Segundo Sposito & Carrano (2009), ancorados na análise de Rua, “a expressão “os jovens como problema social” tem um estatuto diferente da noção de que políticas públicas ocorrem quando jovens deixam de ser “estado de coisas” para aparecerem como “problemas políticos”. Neste último caso, tanto pode estar presente a idéia de “proteção” da sociedade diante do risco iminente provocado por seus segmentos jovens, como a percepção de que atores juvenis podem estar contemplados nas políticas enquanto expressão de um campo ampliado de direitos reconhecidos pela democracia” (p. 02).

Nessa perspectiva, é possível delimitar dois movimentos distintos em relação aos jovens brasileiros. De um lado, a juventude é abordada como uma espécie de reservatório de energias utópicas, portando um grande potencial para o desenvolvimento socioeconômico do País. Por outro, constata-se o estado de precariedade a que estariam submetidos os jovens. Um exemplo claro dessa precariedade é expresso pelo crescimento do desemprego juvenil. Este problema seria contornado pelas famílias privilegiadas com o prolongamento dos estudos, diferentemente dos jovens oriundos de famílias menos favorecidas que não teriam a mesma estrutura de oportunidades. Essas observações indicam que, mesmo considerando o marco dos anos 1990 como um diferencial na discussão das políticas públicas de juventude, é possível demarcar que a representação simbólica do termo juventude e suas contradições permanecem atreladas a idéia de um “problema social”. As origens desse entendimento remontam, segundo Abramo (1997), ao discurso sociológico de matriz funcionalista. Esse discurso sempre tematizou a juventude com referência nas disfunções que esse segmento pode sofrer e/ou causar no seu processo de socialização. A juventude

só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. Não é por acaso que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo — do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela. É nesse sentido também que na maior parte das vezes a problematização social da juventude é acompanhada do desencadeamento de uma espécie de “pânico moral” que condensa os medos e angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais (ABRAMO, 2007, p. 29).

É no contexto de acentuação dos casos de violência e outros fatores que afetam a juventude que começam a emergir os chamados “programas de inclusão”. As ações desencadeadas fazem uso de um conjunto de categorias que oscilam entre um jovem apreendido como “protagonista” e um jovem como estando em “situação de risco” (CALAZANS, 2000; CUNHA 2003; ALMEIDA, 2001 apud SPOSITO, 2007). Sem dúvidas, a UNESCO teve uma contribuição nesse processo de tematização dos jovens pobres em nosso País. Em 2007, a UNESCO divulgou um relatório de pesquisa constando de um diagnóstico da “situação de risco e vulnerabilidade” dos jovens brasileiros. Essas noções aparecem, de forma sistemática, nas “políticas de inclusão” desencadeadas nesse período como características para classificar os jovens beneficiários das ações. Torna-se evidente uma lógica de tentar “solucionar” ou conter problemas que têm múltiplas causas e cujas origens repousam em diversas instâncias do social, como se fossem problemas das juventudes e não problemas que estão atingindo os jovens. É como se o risco e a vulnerabilidade passassem a ser inerentes à condição do jovem pobre. O problema é que, como nos lembra Sposito (2007), esse tipo de visibilidade da condição juvenil favorece “a disseminação de sentimentos de insegurança, consolidando a idéia de uma juventude potencialmente perigosa” (p. 7-8). Nessa mesma direção Kerbauy (2005) chama atenção para a necessidade de refletirmos sobre o real “efeito” das ações governamentais na vida dos jovens, com base nessas orientações normativas, considerando seus limites dentro de uma sociedade marcada pelas desigualdades.

2. ENTRE O RISCO E A GOVERNAMENTALIZAÇÃO: A REGULAÇÃO DAS CONDUTAS JUVENIS

Como indicado anteriormente, a tematização política recente sobre a juventude, no Brasil, inter-relaciona os processos mais amplos de mudança econômica e social com os episódios recentes de natureza violenta envolvendo os jovens. Os indicadores sobre as mortes violentas de adolescentes e jovens são apresentados pelos discursos governamentais para atestar essa realidade (cf. SILVA e SILVA, 2005). Para além da crueza dos números, o fato é que se percebe uma progressão geométrica na criminalização, encarceramento e extermínio da juventude popular brasileira (SILVA, 2008; SENTO SÉ e PAIVA, 2007; ASSIS, 1999). Por essa razão, pensar a juventude sob a cifra da violência e da criminalidade tem sido uma tônica comum, fazendo com que a juventude se torne o alvo preferencial de todas as governamentalidades.

No entanto, o aumento da violência e dos investimentos para “combatê-la”, juntamente à construção do *dogma da pena* para a solução do padrão atual de conflitividade social (SANTOS, 2009), demonstra que, na verdade, este pode ser exatamente o projeto para a juventude pobre: um processo de contenção e disciplinamento. Assim, a apreensão analítica dos usos da noção de “jovem em situação de risco” não pode ser descolada do que foi denominado pela sociologia crítica como *processo de criminalização da pobreza* (GARLAND, 2008). Os trabalhos desenvolvidos por Foucault constituem uma referência central na discussão desse processo.

As análises foucaultianas evidenciam que, entre os séculos XIV e o XVII, emerge a constituição de uma nova forma de ordenamento da sociedade. A transformação do capital mercantil em capital industrial articula o trabalho obrigatório como marco legal com a arquitetura análoga da fábrica e da prisão: quem não estiver numa, estará na outra (FOUCAULT, 1977). Assim, a partir do século XVII o dispositivo do encarceramento começa a aparecer em larga escala. A constituição da prisão como pena, com arquitetura e funcionamento análogo ao da fábrica, surge impondo uma nova maneira de punir com maior eficiência: vigiar e punir, articulando o disciplinamento do corpo do homem ao disciplinamento do homem-espécie, população³.

Concomitantemente, na criminologia, através do positivismo engendrado no século XIX, o poder médico se autonomiza do discurso jurídico, criando um conhecimento tautológico, que deduz a partir da seletividade dos encarcerados a “causalidade” determinista, patológica e biológica dos “criminosos” (RAUTER, 2003; OLMO, 2004). Neste momento, a “delinqüência juvenil” constitui-se no objeto sociológico por excelência (PERALVA, 2000; DOWDNEY, 2003). O problema das “gangues juvenis”, por exemplo, aparece como tema de estudos ainda em 1927, fazendo emergir as preocupações com a socialização, o reconhecimento social, as relações entre delinqüência juvenil e as áreas urbanas degradadas⁴.

³ Em termos foucaultianos, isso significa que o seqüestro institucionalizado produziu o grande encarceramento com a finalidade de separar o pobre “inocente” do pobre “culpado” (Castro, 2005, p. 67).

⁴ Surgem estudos como os de William Whyte, de 1943, *A Sociedade da Esquina*, e de Albert Cohen, de 1955, *Delinquentes Juvenis: a cultura das gangues*. Gradativamente, a sociologia torna-se o grande saber edificador da criminologia científica, sobretudo, a partir da incorporação por Merton do conceito de anomia da sociologia durkheimiana. Um outro conceito exemplar produzido por esse empreendimento sociológico é o de “classes perigosas” (ver Guimarães, 1981).

Mais recentemente, a governamentalização da segurança pública tem-se constituído em sólido mercado para cooptação dos saberes das ciências sociais (PEREIRA, RONDELLI, SCHOLLHAMMER e HERSHMANN, 2000). Neste mercado, a juventude tem sido *alvo* de inúmeros projetos ⁵, produzindo uma convergência programática entre esfera social e penal (TEJADAS, 2008). Assim, parece haver um consenso nas abordagens (educacionais, sociológicas e psicológicas) ao enfatizarem os aspectos “corretivos” ou “preventivos” que políticas específicas desempenhariam junto a esses segmentos. A discursividade científica tem objetivos amplos: os “anormais” em geral, todos os “degenerados”, “delinquentes”, enfim todos os “desviados”. Ou seja, o alvo são todos os comportamentos daqueles grupos que não se deixam governar, denominados ironicamente por Foucault de “os incorrigíveis”. Nas suas análises, no *Collège de France*, Foucault (1997) compreende essas ações no âmbito de um amplo processo de governamentalização entendida como o conjunto das atividades que visam assegurar a conservação do Estado.

A governamentalidade objetiva “estruturar o eventual campo de ação” dos sujeitos (FOUCAULT, 2000, p. 244), mediante estratégias de gestão da conduta elevadas à condição de atividade racional do Estado. Trata-se de uma racionalidade prática que se ocupa em ordenar as ações de determinados grupos populacionais. Com essa chave de leitura, percebemos que a preocupação governamental com a violência juvenil não constitui um fenômeno aleatório, menos ainda uma resposta linear provocada apenas pela existência de nexos empíricos entre juventude e violência (TEJADAS, 2008), decorrendo daí a importância de problematizar as concepções naturalizadas das questões sociais subjacentes às políticas de juventude.

Dessa perspectiva, as abordagens que apreendem os jovens pobres a partir das categorias “risco” e “vulnerabilidade” parecem convergir em torno de uma “lógica identitária” articulada por uma potência corretiva e moralizante, cuja sustentação é um sentimento generalizado de insegurança que está imbricado com uma atitude que vamos chamar de “paradigma preventivo” (SILVA e SILVA, 2008, p. 04). Nessas abordagens, o ideal de sujeito que responde por este paradigma é o da individualidade. O social existe apenas como um local no qual se pode construir, através do mecanismo da identificação, uma identidade “boa”, “normal”, “estável”; ou, no caso de falha dos processos identificatórios, uma identidade “desviante”, “anormal”, “de desvio”.

Uma concepção que compreende a realidade de uma forma descontínua em relação à subjetividade. A identidade operaria como um mecanismo de aproximação entre um mundo “interior”, subjetivo, e uma realidade social, cultural. Não se compreende, portanto, a produção da realidade e a produção da subjetividade como faces de um mesmo processo.

Consolida-se, por essa via, um entendimento de identidade coletiva possível apenas através da mediação de um ideal do indivíduo adaptado ao social. Decorre um entendimento de que as políticas públicas de juventude atuariam como um elemento mediador na criação de laços sociais menos transgressores entre os jovens. Em síntese, espera-se que os jovens pobres possam protagonizar papéis sociais menos desviantes e,

⁵ O PAC da Segurança Pública, do Governo Federal, tem como principal meta atingir cerca de 425 mil jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, através de dois projetos: o Reservista-Cidadão e o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável. Além disso, o PAC da Segurança planeja a construção de 93 presídios destinados exclusivamente aos jovens entre 18 e 24 anos.

em certa medida, menos ameaçadores, mediante a afirmação de identidades e atitudes cidadãs, enquanto vetores de uma boa sociabilidade. Assim, “mesmo partindo de uma perspectiva mais ampla que inclui dimensões como raça, gênero, classe, etc.” (SILVA e SILVA, 2008, p. 07), as políticas de juventude parecem apontar para uma determinada funcionalidade da noção de identidade, no sentido de “resgatar uma dimensão social”, como se houvesse um distanciamento entre o social e o individual. Com isso,

a crítica social deixa de ser um elemento de transformação para constituir-se como instrumento de afirmação da identidade. Esvazia-se todo o sentido do que pode significar uma crítica social para enfatizar a noção da construção da identidade coletiva capaz de representar uma alternativa às gangues (...). Muito provavelmente, este pensamento sintetize a captura que pretendemos apontar, na qual um modo de contestação, de rejeição de estigmas, de preconceitos, acaba sendo tornado elemento de adequação (Idem, 2008, p. 08).

Conjugando-se com o conceito de identidade, essa percepção da cidadania constitui o pólo oposto àquele onde se situariam a violência, o comportamento anti-social e a delinquência. Não se trata de uma análise mais apurada sobre o que seja o conceito de cidadania. Trata-se, muito simplesmente, de concebê-la como instrumento preventivo dos problemas sociais. Por isso, em que pese certa potência dos discursos recorrentes nas políticas de juventude, observamos a existência de um mecanismo normalizador que objetiva modos específicos de reprodução das formas de sociabilidade e de subjetivação hegemônicas (TEJADAS, 2008), implicando uma racionalidade que visa transmutar os jovens considerados como desviantes potenciais em cidadãos integrados.

Por essa razão, o discurso presente nas políticas de juventude parece ser menos resultante de uma reação efetiva à experiência fática da violência e da pobreza associadas à condição juvenil, cuja existência não negamos, do que de uma determinada potência “microfísica”, que se espalha pelo corpo social (LOPES, HATTGE, 2009), ativando a capacidade de submissão aos procedimentos necessários para os processos de inclusão governamentalizada.

Cabe questionar, então, como a noção de risco articula-se efetivamente na luta pelos direitos das juventudes na atualidade. Para isso, inicialmente, verificaremos de que forma as ações de governar, na modernidade, foram sendo identificadas univocamente com os aparelhos do Estado (FOUCAULT, 2008a). Essa digressão ao pensamento foucaultiano parece-nos de fundamental importância para que, em um momento posterior, através da escuta dos documentos e dos egressos do Projovem, seja possível explicitar a constituição de saberes e práticas relativas ao modo como as políticas têm procurado respostas para o enfrentamento das questões juvenis.

TECENDO REFLEXÕES

Queremos destacar que há um indício de mudança que indica pensar as juventudes como sujeitos de direitos. Porém, constatamos que as políticas só existem porque eles são “sujeitos-problema”. Essa concepção desqualificada também apareceu nas falas dos jovens. Na verdade, há em ambas as fontes (os documentos e os jovens) uma contradição que caminha ora para pensar a juventude como uma fase privilegiada

ora como um segmento que vive e cria problemas e que são considerados como inerentes a essa fase.

Esse movimento ficou evidente nas primeiras políticas pensadas para a juventude no governo de Fernando Henrique Cardoso e que permanece na atual política Nacional de Inclusão de Jovens, no governo Lula. Observamos que há avanços nas prioridades, mas que o modo de problematizar a juventude de forma negativa permanece. Esse é um ponto no qual precisamos avançar: a maneira que temos pensado sobre as juventudes. Primeiro procurando pensá-las como sujeitos humanos e sociais e segundo, privilegiando nas nossas reflexões, as causas primeiras das questões sociais que devem ser a raiz dos problemas enfrentados na nossa sociedade. E considerando que as nossas idéias sobre um grupo populacional não é determinada e acabada, mas é fruto de uma construção social da qual nós também fazemos parte.

Fomos convidados também a repensar a partir de quê e de quem são criados os critérios de classificação do perfil dos jovens no âmbito do ProJovem. Pois, dos seis jovens entrevistados, nenhum deles afirmou se considerar em Risco. Contudo, os jovens indicaram que sempre há um “outro” que se encontra em Risco no interior do Programa. É o que Goffman (2008) chama da necessidade que temos de olhar para o outro com os quais nos relacionamos, sempre com referência num padrão de “ser” e por isso somos incitados a classificá-los, como um “normal” ou um “estranho”.

Quando os jovens não se reconhecem com essa identidade imposta pelo programa, fica evidente também que não houve participação efetiva dos mesmos na formulação desta política. Contudo, contraditoriamente, o ProJovem diz incentivar o “protagonismo juvenil” e a participação cidadã. Há uma contradição quando comparamos ao movimento apontado por Castro e Abramovay (2002) em relação as atuais políticas de juventude. Segundo os autores, as políticas de juventude do atual governo, “sinalizam no sentido do deslocamento de políticas *para* juventudes, ou seja, a partir do Estado, para a perspectiva de políticas *de* ou *com* as juventudes. Políticas específicas para grupos jovens e políticas decididas e formatadas com a participação dos jovens” (p.25, grifo nosso).

Outro ponto a ser destacado é a nossa profunda inquietação sobre o percurso de formação que os jovens têm escolhido depois do Programa. Quando questionados sobre a continuidade dos estudos, que é um dos objetivos do ProJovem, a maioria dos egressos respondeu que estão matriculados no Travessia, que é outro programa de aceleração para o ensino médio. Dentre os jovens que não estão estudando, uma delas disse que não voltou para escola e nem pretende, outra, disse que não há vaga no ensino médio. Essa situação nos faz refletir sobre o itinerário formativo dos jovens egressos do ProJovem, pois retomar esse itinerário segundo os documentos do programa, significaria voltar à escola. Porém, os jovens entrevistados, além de não terem voltado ao ensino regular não demonstraram interesse pela escola.

A maioria disse que é melhor estar no Travessia porque podem “terminar mais rápido os estudos”. Essa situação nos faz pensar sobre a qualidade da formação desses jovens. Será que realmente estamos assumindo um compromisso maior com eles: De que tipo de avanços educacionais estamos falando no interior das políticas de juventude.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro, Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais.** São Paulo, 2005.

ALMEIDA, F. **A emergência do conceito de risco no debate sociológico con**

AZEVEDO, J.M.L. **A educação como política pública.** São Paulo, Autores Associados, 2001 e 2003.

temporâneo. Recife: Ufpe, XIII, 2007.

BRASIL. **Projovem – Projeto Nacional de Inclusão de Jovens.** Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2005.

_____. **Relatório de Avaliação 2005–2006,** Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2007.

_____. **Manual do Educador-2007,** Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2007.

_____. **Relatório de Avaliação-2007.** Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2008

BOURDIEU, P. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

FOUCAULT, M.. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: nau, 1996.

_____. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Os Anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FREITAS, Alexandre S. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo das redes associacionistas da sociedade civil.** UFPE. Tese de doutoramento, 2005.

_____. **O (des) governo da razão: biopolítica e resistência nas políticas públicas de juventude.** SBS, Rio de Janeiro, 2009.

MITJAVILA, M. **O risco como recurso para a arbitragem social.** Tempo Social; Rev. Sociologia, Vol. 14, nº 02. USP- São Paulo, 2002.

POTTE-BONNEVILLE, M. **Michel Foucault, La inquietud de La historia.** Buenos Aires: Manantial, 2007.

RAMOS DO Ó, Jorge. **O governo do aluno na modernidade. Foucault pensa a educação,** 2007.

SPOSITO, M. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, nº 24, 2003.

SPOSITO, M.P. (Coord.) **Espaços Públicos e Tempos Juvenis.** São Paulo, 2007.

_____. **Juventude: estado do conhecimento.** São Paulo: Ação Educativa, 2000 (Relatório técnico de pesquisa).

SPOSITO, M. P. CARRANO, Paulo Cesar. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.

SZYMANKI, H. (Org.) e ALMEIDA. L., Outros. **A Entrevista na Pesquisa em Educação – a prática reflexiva.** Brasília, Líber Livro, 2008.

VEIGA-NETO, A. & LOPES, M. C. **Inclusão e Governamentalidade.** In.: Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007. pp. 947-963.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Incluir para excluir.** In: LARROSA, J. & SKALAIR, C. Habitantes de Babel: políticas poéticas da diferença. BH: Autêntica, 2001, p. 105-118.

ZALUAR, A. M. **Exclusão e Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ,v.12, n.35, p.29 - 47, 1997.

VEYNE, P. **Foucault. O pensamento, a pessoa**. Lisboa: Edições Texto&Grafia, 2009.